

UMA HISTÓRIA DO FEMINISMO NO BRASIL

DE CÉLI REGINA JARDIM PINTO

Uma História do Feminismo no Brasil.
São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 115p.

POR IRLYS ALENCAR FIRMO BARREIRA*

* Doutora em Sociologia, professora da Universidade Federal do Ceará.

Se existem muitas maneiras de contar uma história é porque as narrativas são fios de um enredo sem fim: a tessitura do tempo nos eventos e personagens permanentemente ressignificados.

A história do movimento feminista é também passível de múltiplos enredos, exigindo a escolha de uma narrativa capaz de dar conta do seu caráter ao mesmo tempo singular e plural, evidenciado no registro de vidas e fatos que fazem a história das mulheres desde o século XIX. O movimento feminista, percebido de modo abrangente pela autora, manifesta-se de modo explícito e anônimo, consolidando-se, gradativamente, através de lutas cotidianas e conquistas ínfimas. Trata-se de um movimento fragmentado, aglutinando desde reuniões privadas até formas mais unitárias e visíveis de expressão.

Diante dessa dificuldade de narrar a história do movimento feminista de forma progressiva e linear, a autora faz uma opção de “perseguir tendências”, isto é, registrar o movimento em sua pluralidade, dentro de um campo de lutas particulares. Lutas não restritas a tendências políticas, estando também atravessadas por diferentes visões sobre o lugar da mulher em espaços públicos e privados, marcados, em sua maioria, por formas variadas de dominação.

O livro está dividido em quatro capítulos. O primeiro aponta os primórdios do movimento, suas expressões e porta-vozes mais significativos. A autora identifica nesse momento duas tendências. Uma primeira, sob liderança de Bertha Luz, é nomeada de “bem comportada”, caracterizando-se por um tipo de mobilização que visa a conquista de espaços institucionais,

tais como o direito de votar. Uma segunda tendência, que singulariza-se pela presença mais heterogênea de mulheres, posiciona-se de forma radical contra a

chamada dominação masculina, nomeada pela autora de face “mal comportada” do feminismo.

As informações obtidas para a elaboração do livro provêm, em sua grande maioria, de pesquisas já realizadas por especialistas na temática, entre os quais se enquadra a própria autora. O esforço de síntese e a organização das idéias, tendo em vista a construção de uma “história”, dão um caráter metodológico interessante que é o de buscar, através de manifestações variadas, as lógicas que subsidiam a demanda constante de reconhecimento das mulheres no espaço público.

De fato, a busca da cidadania definida pela luta por direitos sociais e reconhecimento público caracteriza o conjunto de manifestações das mulheres desde época longínqua. São mobilizações que, inicialmente esparsas, vão cedendo lugar a uma campanha mais orgânica pelo direito político das mulheres votarem e serem votadas. A organização em torno de direitos cívicos que caracteriza o feminismo no mundo tem no Brasil sua expressão na campanha liderada por Bertha Luz.

Nas primeiras décadas do século XX, o feminismo esteve associado a personalidades, destacando-se o esforço pessoal de algumas mulheres que rompiam com papéis estabelecidos, imprimindo sua marca no mundo público. Nesse momento destacam-se três vertentes. Na primeira, a mulher emerge como sujeito capaz de exercer direitos políticos. A segunda vertente

te é caracterizada por manifestações da imprensa feminista alternativa, sob a ação de mulheres cultas tais como professoras, escritoras e jornalistas. As mulheres, através da imprensa, buscavam formar uma opinião a favor das suas idéias de libertação. Eram mulheres precursoras de valores alternativos à moral dominante, que proferiam discursos relacionados a temas como divórcio e sexualidade, configurando em seus protestos a face menos comportada do movimento. A terceira tendência, de natureza mais politizada, é manifestada através da presença do Partido Anarquista e Partido Comunista, no movimento feminista.

O novo feminismo que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 esteve relacionado à efervescência política do contexto mundial à época. O movimento revolucionário em curso colocava em cheque os valores conservadores da organização social, questionando hierarquias vigentes nos âmbitos público e privado. Foi nesse momento que emergiu o livro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, irrompendo também, no período, manifestações ritualizadas de contestação, tal como a “queima de sutiãs”, feita por americanas lideradas por Beth Friedman.

O cenário no Brasil era, no entanto, diferente do quadro mundial. A ditadura no país tornava as lutas sociais articuladas a uma dimensão mais ampla de demanda pela democracia. O movimento de mulheres, do mesmo modo, abrangia outras esferas de manifestação tais como luta contra a carestia, movimento de mães pela liberdade, anistia etc. Distinguiu-se, assim, de outros movimentos feministas vigentes em outros países.

Desde o final dos anos 40 e início da década de 50, do século XX, mulheres de diferentes classes sociais e ideologias lutavam contra a carestia. Eram mulheres associadas à Federação de Mulheres do Brasil, fortemente influenciadas pelo Partido Comunista que, em 1953, realizaram a passeata da panela vazia. Esse tipo de organização manteve-se até início de 1970, principalmente nos bairros pobres, onde mulheres

começam a lutar nos postos de saúde, nas escolas, nas creches e nos serviços públicos em geral. Essas organizações de bairro tiveram apoio da Igreja Católica, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base.

A singularidade do movimento feminista estava no fato de que, por um lado, se organizava a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como privado, acarreta conseqüências definitivas para a vida, havendo, portanto, uma luta específica, baseada na transformação das relações de gênero. Por outro lado, existia a compreensão de que no Brasil questões como a fome, a miséria e a desigualdade social não eram um problema menor, externo às lutas específicas. Principalmente na luta de mulheres e negros, questões ligadas à condição de classe estiveram fortemente presentes na conformação e especificidade das demandas.

O movimento feminista no Brasil tanto lutava por autonomia, em um espaço marcado pela política, como defendia a especificidade da condição dominada da mulher. O ano de 1975 é considerado como momento inaugural de expressividade do movimento feminista, saindo da condição de grupos específicos fechados e intelectualizados para incorporar segmentos sociais que se fizeram presentes em eventos mais amplos que marcaram a participação da mulher na esfera pública.

O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, criado nesse momento, tinha como objetivo “combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais para que ela possa exercer o seu papel insubstituível e até agora não assumido no processo de desenvolvimento”. O Centro teve um papel importante, abrigoando diferentes tendências do feminismo, enfrentando, no entanto, resistência das feministas radicais, que priorizavam a centralidade da questão da mulher e dos problemas ligados ao corpo e à sexualidade.

A partir de 1976, o Centro abrigava três grandes tendências: a marxista, a liberal e a radical. As duas primeiras tinham uma natureza

mais política, para além da luta específica da mulher. A terceira posição colocava a questão da mulher no centro da discussão, expondo a aberta condição de opressão. Enquanto o movimento feminista em outros países era influenciado por uma democracia que expunha de forma aberta a especificidade das lutas sociais das mulheres, no Brasil o paradoxo estava na dimensão da luta unitária contra a ditadura e a busca de um feminismo mais autônomo. Se, nos estados Unidos e na Europa, os negros e as mulheres expunham com força as formas de dominação, no Brasil a luta dividia-se em dois campos: a democracia contra a ditadura e o proletariado contra a burguesia. Uma oposição entre lutas gerais e lutas específicas emergia nesse momento. As reivindicações gerais referiam-se à anistia, eleições livres, assembleia constituinte e fim da carestia. As específicas abrangiam a criação de creches em bairros, áreas de lazer, escolas, igualdades salariais etc.

A época de redemocratização no Brasil caracteriza a vigência de novos rumos para o movimento feminista. Ao longo da década de 1970, surgem grupos feministas temáticos, marcados por novas divisões entre as feministas que lutavam pela institucionalização do movimento e as autonomistas que viam na aproximação com as esferas estatais um risco de cooptação. De todo modo, segundo a autora, percebe-se nesse momento a conquista de espaços institucionais tais como a criação de conselhos e delegacia da mulher. A ligação orgânica entre conselhos e partidos traduz a tensão entre as tendências que definem a relação do movimento com o Estado. O Conselho Estadual da Condição Feminina, por exemplo, traduzia a busca de alargamento da participação, a partir do recrutamento de representantes.

A participação de mulheres na esfera mais ampla da representação política constitui outra frente de luta. Mesmo que as mulheres eleitas não pertencessem ao movimento feminista, pois muitas delas faziam parte de partidos tradicionais, a chamada *bancada feminina* teve atuação relevante. Apresentou 30 emendas, ao

Congresso Nacional, sobre o direito das mulheres, englobando as reivindicações do movimento feminista.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi presença fundamental durante os trabalhos de preparação da Assembleia Nacional Constituinte, reunindo em Brasília grupo de feministas que elaborou a “carta das mulheres”. A Constituição de 1988 consagrou conquistas importantes no espaço do direito das mulheres, sendo decisiva a presença de militantes, durante os trabalhos constituintes.

Na década de 80, registra-se a presença de novos temas no interior do movimento feminista, não restritos à temática política. Emergem, então, a violência e a saúde como bandeiras de luta e espaço de atuação. Surgem em tais circunstâncias Na década de 80 surgem inúmeras organizações de apoio à mulher vítima da violência. Nesse momento, a temática da violência contra a mulher vai tornar claro a diferença entre categorias sociais, fazendo com que a militância feminina tome outra forma, passando a organizar-se com assessoria da área jurídica. Registra-se, ainda, nesse período, a presença de mulheres na delegacia, vista antes como espaço exclusivamente masculino, dando visibilidade a agressões antes restrita à área privada. O tema da saúde extrapolou as políticas do Estado, questionando tabus ligados à sexualidade e ao aborto. Também nesse plano houve criação de grupos com efeitos diretos na construção de políticas públicas.

O feminismo acadêmico constitui um outro espaço de atuação que caracterizou o movimento de mulheres. Nele destacaram-se pesquisas, publicações e eventos que consolidaram uma dimensão importante de visibilidade do movimento feminista. Os estudos sobre a mulher e os financiamentos para pesquisa sobre o tema redundaram em livros e revistas, consolidados como veículos com forte poder de difusão de idéias. As associações científicas criaram, por outro lado, grupos de trabalho sobre as questões de gênero, legitimando um novo campo de estudos.

Na virada do milênio, o movimento feminista se expressa através de novas formas. Existe uma dissociação entre pensamento feminista e movimento feminista que, embora complementares, agem em direções diferentes.

Uma outra classificação aparece nessa narrativa sobre a história do movimento feminista. Trata-se da existência de um feminismo difuso, que não tem militantes e organizações, sendo muitas vezes defendido por homens e mulheres não necessariamente identificados como feministas. A título de exemplo, destacam-se discussões sobre o assédio sexual, mostrando que o direito das mulheres passa a ser tema de interesse geral.

As ONGs constituem um dos espaços de mais importante atuação do movimento de mulheres na virada do século. O CFMEA mantém importante papel no poder legislativo sendo intermediária entre o campo político e a sociedade. As publicações desta ONG dão publicidade a tramitações e decisões governamentais de interesse das mulheres. Outras ONGs de menor porte complementam ações no campo político, incluindo mulheres de outras camadas sociais. Adquirem, assim, legitimidade diante das esferas estatais e públicas, constituindo um fenôme-

no novo na política, por conta da possibilidade de intensa atuação na sociedade civil. Uma gama de organizações desse porte atua hoje no Brasil com clientelas variadas e capacidade de intervenção, representando a face mais recente do feminismo no país.

O livro integra uma coleção denominada "História do povo brasileiro", que tem por objetivo oferecer uma visão abrangente e alternativa da história do país, combinando rigor historiográfico com linguagem acessível e autoria competente. A própria analista da "história do movimento feminista" é especialista na temática, havendo publicado livros e artigos sobre a participação das mulheres na política

A expressão mais recente do feminismo parece, na visão da autora, configurar um campo mais difuso, porém competente e institucionalizado de lutas sociais. Supondo-se que as lutas das mulheres efetivam-se com base em valores culturais e políticos, o feminismo tem uma longa história pela frente. Essa questão menos explorada no livro poderá ser objeto de um outro estudo. O fio condutor desta narrativa sem fim que é a luta social e política das mulheres...